

ROLF MADALENO

Advogado. Professor de Direito de Família e Sucessões na Pós-Graduação da PUC-RS. Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-RS. Diretor Nacional do IBDFAM. Membro da AIJUDEFA (Asociación Internacional de Juristas de Derecho de Familia).

www.rolfmadaleno.com.br

MANUAL DE DIREITO DE FAMÍLIA

4^a
edição

revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.10.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M151m
Madaleno, Rolf

Manual de direito de família / Rolf Madaleno. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-596-4246-5

1. Direito de família – Brasil. I. Título.

21-73994

CDU: 347.6(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472



Respeite o direito natural

SUMÁRIO

.....

Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família.....	1
1.1. O Direito de Família e o Código Civil.....	1
1.2. A organização jurídica da família.....	1
1.3. A diversidade familiar.....	3
1.3.1. A família matrimonial.....	4
1.3.2. A família informal.....	5
1.3.3. A família monoparental.....	6
1.3.4. A família anaparental.....	6
1.3.5. A família reconstituída.....	7
1.3.6. A família paralela.....	8
1.3.7. A união poliafetiva.....	14
1.3.8. A família natural.....	17
1.3.9. A família extensa ou ampliada.....	17
1.3.10. A família substituta.....	17
1.3.11. A família eudemonista.....	18
1.3.12. A família homoafetiva.....	18
1.4. Conceito de família.....	21
1.5. Entidade familiar, proteção do Estado e Direitos Humanos....	22
1.6. Noção de Direito de Família.....	24
1.7. Conteúdo do Direito de Família.....	25
1.8. A dessacralização da família.....	26
1.9. A despatrimonialização do Direito de Família.....	27
Capítulo 2 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família	29
2.1. Direitos fundamentais.....	29

2.2.	Princípio da dignidade humana no Direito de Família.....	31
2.3.	Princípio da igualdade.....	32
2.4.	Princípio da autonomia privada.....	35
2.5.	Princípio da liberdade.....	37
2.6.	Princípio da solidariedade familiar.....	38
2.7.	Princípio da monogamia.....	38
2.8.	Princípio da diversidade familiar.....	40
2.9.	Princípio da afetividade.....	40
2.10.	Princípio da igualdade da filiação.....	41
2.11.	Princípio da proteção da prole.....	42
2.12.	Princípio da proteção do idoso.....	43
2.13.	Princípio da proteção do jovem.....	43
2.14.	Princípio da proteção da pessoa com deficiência.....	43
Capítulo 3 – Do Direito Pessoal – Do Casamento e sua Eficácia.....		45
3.1.	Definição.....	45
3.2.	Da gratuidade do casamento civil.....	45
3.3.	Casamento religioso com efeito civil.....	46
3.4.	Capacidade para o casamento.....	47
3.4.1.	Suprimento judicial de consentimento.....	48
3.5.	Dos impedimentos matrimoniais.....	49
3.6.	Das causas suspensivas.....	53
3.6.1.	A Súmula 377 do STF.....	55
3.7.	A habilitação para o casamento.....	56
3.8.	Da celebração do casamento.....	57
3.8.1.	Consentimento.....	57
3.8.2.	O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida.....	58
3.8.3.	Casamento por procuração.....	58
3.9.	Das provas do casamento.....	59
3.9.1.	<i>In dubio pro matrimonio</i>	59
3.9.2.	Casamento celebrado fora do Brasil.....	59
3.10.	Da invalidade do casamento.....	60

3.10.1.	Casamento inexistente	60
3.10.2.	Casamento nulo	61
3.10.3.	Casamento anulável.....	62
3.10.3.1.	Das causas de anulação	63
3.10.3.2.	Identidade, honra e boa fama	66
3.10.3.3.	Ignorância de crime anterior ao casamento.....	67
3.10.3.4.	Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave.....	68
3.10.3.5.	Coação	69
3.11.	Prazos para a anulação do casamento	70
3.12.	Do casamento putativo	71
3.12.1.	Pressupostos da putatividade	71
3.12.2.	Efeitos da putatividade.....	72
3.12.3.	Efeitos em relação a terceiros.....	73
3.13.	A separação de corpos na invalidade do casamento.....	73
3.13.1.	A separação de corpos da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha	75
3.13.2.	A separação de corpos consensual	77
3.13.3.	A separação de fato.....	78
3.14.	Da eficácia do casamento	79
3.15.	Isonomia e patronímico.....	79
3.16.	Planejamento familiar.....	81
3.17.	Deveres dos cônjuges	82
3.18.	Violação dos deveres conjugais.....	83
3.19.	Dever de fidelidade recíproca	84
3.20.	Vida em comum no domicílio conjugal	85
3.21.	Dever de mútua assistência	86
3.22.	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	87
3.23.	Dever de respeito e consideração mútuos.....	89
3.24.	A direção da sociedade conjugal	89
3.25.	Contribuição conjunta das despesas do lar.....	90
3.26.	Domicílio conjugal.....	91

Capítulo 4 – Divórcio	93
4.1. Divórcio e separação judicial	93
4.2. divórcio e partilha de bens	96
4.3. Divórcio consensual-judicial	96
4.4. Divórcio litigioso-judicial.....	98
4.4.1. A contestação no divórcio judicial	99
4.5. O divórcio extrajudicial da Lei 11.441/2007 e do CPC	101
4.6. A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos	102
4.7. Efeitos do divórcio.....	103
4.8. A partilha de bens	104
4.9. Da presença dos cônjuges no divórcio extrajudicial.....	105
4.10. O patronímico de casado no divórcio	107
4.11. Pluralidade de divórcios	108
4.12. O divórcio no Direito Internacional Privado	108
Capítulo 5 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos	113
5.1. Da proteção da pessoa dos filhos	113
5.2. Conceito de guarda	115
5.3. A guarda na separação de fato e no divórcio judicial.....	121
5.4. Guarda compartilhada.....	122
5.4.1. A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?	126
5.4.2. Imposição judicial da guarda compartilhada	130
5.4.3. Tempo de convívio equilibrado	134
5.4.4. Plano de parentalidade.....	134
5.4.5. Alimentos na guarda física compartilhada	136
5.4.6. A polêmica guarda compartilhada de animais de estimação	137
5.5. Direito e dever de convivência.....	139
5.6. A multa no direito e dever de convivência – <i>Astreintes</i>	141
5.7. O direito de visitas dos avós	142
5.8. A Alienação Parental (AP)	143
5.9. Síndrome das falsas memórias.....	149

Capítulo 6 – Das Relações de Parentesco	151
6.1. As relações familiares e o parentesco.....	151
6.2. Desenlaces parentais	154
6.3. Espécies de família e relações atuais	155
6.4. Conceito de relações de parentesco	156
6.5. Parentesco até o quarto grau.....	158
6.6. Contagem de graus.....	159
6.6.1. Linhas de parentesco.....	160
6.6.2. Parentesco por afinidade	162
6.7. A multiparentalidade	164
Capítulo 7 – Da Filiação	171
7.1. A filiação.....	171
7.2. Filiação socioafetiva	172
7.3. A desconstituição judicial da filiação socioafetiva.....	176
7.4. O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios	178
7.4.1. O direito ao conhecimento das origens genéticas.....	181
7.4.2. Decadência da rejeição	184
7.4.3. Vedação do registro de filho morto para fins patri- moniais.....	186
7.5. Investigação de paternidade movida pelos netos.....	188
7.6. Determinação da maternidade.....	190
7.7. A presunção de paternidade	192
7.8. A presunção <i>pater is est</i>	194
7.9. A fecundação assistida.....	194
7.9.1. A mãe de substituição	197
7.10. A impugnação da paternidade.....	199
7.11. Prova da filiação	204
7.12. Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA...	204
7.13. A presunção de paternidade pela recusa	207
7.14. O reconhecimento voluntário.....	209
7.14.1. Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade.....	210
7.14.2. Reconhecimento de filho maior e de filho menor	211

7.15.	Ação anulatória de reconhecimento	211
7.15.1.	Perícia em DNA	213
7.16.	Efeitos da sentença	215
7.16.1.	Dos alimentos na investigatória.....	216
7.17.	A coisa julgada na investigação de paternidade	217
Capítulo 8 – Da Adoção		221
8.1.	A adoção e o Código Civil.....	221
8.2.	Natureza jurídica da adoção	222
8.3.	Referências históricas.....	222
8.4.	A Lei Nacional da Adoção.....	224
8.4.1.	Princípio da prevalência em família.....	225
8.4.2.	Do acolhimento familiar e institucional.....	225
8.4.3.	Da família natural.....	226
8.4.4.	A família extensa.....	227
8.4.5.	Destituição do poder familiar	229
8.4.6.	Colocação em família substituta.....	230
8.4.6.1.	Cadastro de adoção	233
8.5.	Requisitos para a adoção: idade.....	234
8.5.1.	Consentimento do cônjuge	236
8.6.	Adoção por avós	237
8.7.	Adoção por irmãos do adotando.....	240
8.8.	Consentimento dos pais, do representante e do adotando	241
8.9.	Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros	242
8.10.	Adoção por tutor ou curador.....	243
8.11.	Adoção <i>intuitu personae</i>	244
8.12.	Adoção por divorciados.....	245
8.13.	Adoção póstuma.....	246
8.14.	Adoção por estrangeiro	247
8.15.	Adoção de nascituro.....	249
8.16.	Adoção à brasileira.....	252
8.17.	Adoção de embriões.....	253

8.18.	A adoção por homoafetivos	255
8.19.	Efeitos pessoais da adoção.....	259
8.19.1.	Nome	260
8.19.2.	A adoção e o poder familiar	260
8.19.3.	Efeitos patrimoniais da adoção.....	261
8.19.3.1.	Alimentos	261
8.19.3.2.	Direito sucessório	262
8.19.4.	Irrevogabilidade da adoção	262
Capítulo 9	– Do Poder Familiar	265
9.1.	Função.....	265
9.2.	Natureza jurídica	266
9.3.	Titularidade do poder familiar	266
9.4.	Conteúdo do poder familiar	268
9.4.1.	A representação dos filhos	270
9.4.2.	Poder familiar e trabalho	271
9.4.3.	Do usufruto dos bens dos filhos.....	273
9.4.4.	Da administração dos bens dos filhos	273
9.5.	Extinção do poder familiar	275
9.6.	A suspensão do poder familiar	279
Capítulo 10	– Do Direito Patrimonial	283
10.1.	Do regime de bens e sua natureza jurídica	283
10.2.	Princípios gerais.....	284
10.3.	Classificação dos regimes de bens.....	287
10.4.	O pacto antenupcial	289
10.5.	Alteração do regime de bens.....	293
10.6.	Temor de fraude na mudança do regime de bens	297
10.7.	Do regime obrigatório da separação de bens	300
10.8.	Do regime legal de bens.....	303
10.8.1.	Bens de caráter próprio.....	304
10.8.2.	Bens de caráter comum.....	306
10.9.	Regime da comunhão parcial	307

10.9.1.	Fundos privados de pensão	316
10.9.2.	Bens que ingressam na comunhão parcial	321
10.9.2.1.	A título oneroso	321
10.9.2.2.	Por fato eventual	322
10.9.2.3.	Doação, herança ou legado	323
10.9.2.4.	Benfeitorias e acessões e incremento patri- monial societário	323
10.9.2.4.1.	Valorização das quotas sociais ou ações de uma empresa	325
10.9.2.5.	Frutos civis e naturais.....	333
10.9.2.6.	Aquisição com causa anterior	334
10.9.2.7.	Partilha de quotas	335
10.9.2.8.	Dívidas dos cônjuges.....	338
10.10.	Do regime de comunhão universal.....	339
10.10.1.	Bens excluídos da comunhão universal.....	340
10.10.1.1.	Bens doados ou herdados com incomuni- cabilidade.....	340
10.10.1.2.	Bens gravados de fideicomisso	341
10.10.1.3.	Dívidas anteriores ao casamento	341
10.10.1.4.	Doações antenupciais.....	342
10.10.1.5.	Os bens dos incisos V a VII do artigo 1.659 do CC.....	342
10.10.2.	Comunicação dos frutos e administração dos bens....	344
10.10.3.	Extinção da responsabilidade e do regime de bens e prescrição.....	346
10.11.	Do regime de participação final nos aquestos.....	349
10.11.1.	Aquisição onerosa.....	352
10.11.2.	Irrenunciabilidade do direito à meação.....	353
10.11.3.	Regras de liquidação.....	353
10.12.	Do regime da separação de bens	355
10.13.	Mantença da família.....	357
10.13.1.	A presunção de comunidade.....	357
10.13.2.	A outorga do cônjuge	358
10.13.3.	A outorga do convivente.....	359

10.14.	Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores....	361
10.14.1.	Bens excluídos do usufruto	363
10.15.	Da usucapião familiar pelo abandono do lar	364
Capítulo 11 – Dos Alimentos		371
11.1.	Conceito.....	371
11.2.	Espécies de alimentos	371
11.2.1.	Quanto à sua natureza.....	372
11.2.2.	Quanto à causa jurídica	373
11.2.3.	Quanto à finalidade.....	375
11.2.3.1.	Alimentos provisórios.....	376
11.2.3.2.	Alimentos em tutela provisória	376
11.2.3.3.	Pressupostos para a concessão da tutela antecipada.....	377
11.2.4.	Quanto ao momento em que são reclamados.....	378
11.2.4.1.	Alimentos pretéritos e futuros	378
11.3.	Características da obrigação alimentar	379
11.3.1.	Direito personalíssimo.....	379
11.3.2.	Transmissibilidade.....	380
11.3.3.	Divisibilidade	385
11.3.3.1.	Da solidariedade nos alimentos do idoso....	386
11.3.4.	Condicionalidade	387
11.3.5.	Reciprocidade.....	388
11.3.6.	Alternatividade	389
11.3.7.	Imprescritibilidade	391
11.3.8.	Irrepetibilidade	393
11.3.9.	Incompensabilidade	396
11.3.10.	Irrenunciabilidade	399
11.3.11.	Impenhorabilidade.....	400
11.4.	Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes	402
11.5.	Dos alimentos gravídicos	403
11.6.	Os alimentos dos relativamente incapazes.....	405
11.7.	A representação pelo Ministério Público nos alimentos.....	406

11.8.	Alimentos com a maioria civil	408
11.9.	Dos alimentos entre parentes.....	410
11.10.	Alimentos na guarda compartilhada	411
11.11.	Dos alimentos dos avós.....	412
11.12.	Dos alimentos dos cônjuges e conviventes.....	413
11.13.	Dos alimentos na homoafetividade.....	416
11.14.	Rubrica alimentar	417
11.14.1.	Alimentação	418
11.14.2.	Habitação	418
11.14.3.	Educação.....	419
11.14.4.	Saúde	420
11.14.5.	Vestuário	420
11.14.6.	Lazer	421
11.15.	Base de incidência dos alimentos	421
11.16.	Pensão <i>intuitu familiae e intuitu personae</i>	424
11.17.	Dos alimentos transitórios	425
11.17.1.	A duração dos alimentos transitórios	426
11.18.	Alimentos compensatórios ou compensação econômica	427
11.19.	Da exoneração dos alimentos	431
11.20.	Perda do crédito alimentar por novo relacionamento.....	432
11.20.1.	Comportamento indigno.....	434
11.21.	A oferta de alimentos.....	437
11.22.	A majoração e redução dos alimentos e sua atualização automática.....	437
11.23.	A execução de alimentos	441
11.23.1.	Do cumprimento da sentença.....	441
11.23.2.	Aplicação de multa e de medidas executivas atípicas... ..	443
11.23.3.	A defesa no cumprimento da sentença.....	444
11.23.4.	Sentença para ser cumprida	444
11.23.5.	Do cumprimento da sentença nos alimentos	445
11.23.6.	O imposto de renda sobre a pensão alimentícia.....	446
Capítulo 12 – Do Bem de Família		449
12.1.	Bem de família	449

12.2.	Conceito de bem de família	451
12.3.	O advento da Lei 8.009/1990	451
12.4.	O bem de família do Código Civil	454
12.4.1.	Objeto do bem de família voluntário	455
12.4.2.	Valor do bem de família voluntário	456
12.4.3.	Procedimento de constituição e efeitos	457
12.4.4.	Das isenções	458
12.5.	Extinção do bem de família	459
Capítulo 13 – Da União Estável.....		461
13.1.	Breve resenha histórica da união estável.....	461
13.2.	A Constituição Federal de 1988.....	463
13.3.	A Lei 8.971/1994.....	465
13.4.	A Lei 9.278/1996.....	466
13.5.	O Projeto de Lei 2.686/1996.....	467
13.6.	Origem e definição.....	468
13.7.	A expansão das uniões livres	468
13.7.1.	Motivos econômicos	469
13.7.2.	Motivos sociais.....	470
13.7.3.	Motivos legais.....	471
13.7.4.	Motivos ideológicos.....	471
13.7.5.	Motivos raciais e religiosos.....	472
13.7.6.	Outras causas de disseminação da união estável.....	472
13.8.	Pressupostos de configuração da união estável.....	472
13.8.1.	Diversidade de sexos	472
13.8.1.1.	União homoafetiva	473
13.8.2.	Coabitação	480
13.8.3.	Prazo para constituição.....	482
13.8.4.	Convivência pública	484
13.8.5.	Continuidade	485
13.8.6.	Com objetivo de constituir família.....	486
13.8.7.	Inexistência de impedimento matrimonial.....	489
13.9.	Conceito de união estável.....	489

13.10. Direitos e deveres dos conviventes.....	491
13.10.1. Lealdade.....	492
13.10.2. Respeito.....	492
13.10.3. Assistência.....	493
13.10.4. Dever imaterial.....	495
13.10.5. Guarda, sustento e educação dos filhos.....	495
13.10.6. A coabitação como dever natural.....	496
13.10.7. O nome na união estável.....	497
13.11. Contrato de convivência.....	498
13.11.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência.....	500
13.11.2. Regime de bens.....	503
13.11.3. Conversão em casamento.....	504
13.11.4. Contrato de namoro.....	506
13.12. Concubinato e relações paralelas.....	509
13.12.1. Do concubinato de boa-fé.....	515
13.13. Dissolução da união estável.....	517
Capítulo 14 – Tutela.....	519
14.1. Conceito.....	519
14.2. A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	522
14.3. Modalidades de tutela.....	522
14.4. Tutela testamentária.....	524
14.5. Tutela legítima.....	525
14.6. Tutela dativa.....	527
14.7. Exclusividade da tutela.....	528
14.8. Incapazes de exercer a tutela.....	529
14.8.1. Idoneidade.....	529
14.9. Designação do convivente como tutor.....	532
14.10. Escusa dos tutores.....	533
14.10.1. Mulheres casadas.....	534
14.10.2. Maiores de sessenta anos.....	535
14.10.3. Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.....	535

14.10.4. Enfermidade.....	536
14.10.5. Habitação distante.....	536
14.10.6. Os que já exercerem tutela ou curatela.....	537
14.10.7. Militares em serviço.....	537
14.10.8. Aos que não forem parentes do menor.....	538
14.11. Prazo de escusa e decisão judicial.....	538
14.12. Do exercício da tutela.....	539
14.12.1. Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado....	540
14.12.2. Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado.....	541
14.12.3. A administração dos bens e a tutela conjunta.....	542
14.13. Atribuições do tutor.....	544
14.13.1. Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autori- zação judicial.....	546
14.14. Vedações ao tutor.....	547
14.15. O protutor.....	548
14.16. Responsabilidade do juiz.....	549
14.17. Remuneração do tutor.....	550
14.18. Responsabilidade do tutor.....	551
14.19. Bens do tutelado.....	551
14.20. Prestação de contas.....	553
14.21. Cessaçãoda tutela.....	555
14.22. Das funções do tutor.....	555
Capítulo 15 - Da Curatela.....	557
15.1. Da curatela.....	557
15.2. Conceito.....	559
15.3. Pessoas sujeitas à curatela.....	561
15.4. Curatela do nascituro.....	564
15.5. Velhice.....	567
15.6. Enfermidade ou deficiência mental.....	570
15.6.1. Intervalos lúcidos.....	570
15.7. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não pu- derem exprimir sua vontade.....	571

15.8. Deficientes mentais	572
15.9. Ébrios habituais	573
15.10. Os viciados em tóxicos.....	574
15.11. Os pródigos	575
15.12. Autocuratela	577
15.13. Ação de interdição.....	578
15.14. Das disposições comuns à tutela e à curatela.....	583
15.15. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela	583
15.16. Curatela conjunta	587
15.17. Efeitos jurídicos da sentença de interdição.....	590
15.18. Levantamento da interdição.....	591
15.19. Cessação da curatela	592
15.20. Da tomada de decisão apoiada	593
Bibliografia.....	595
Índice Alfabético-Remissivo.....	621